

Econ Brasil Frango sem macarrão

ALOYSIO AZEVEDO

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, nesta época de grande ascensão dos paraibanos, tem afirmado que as incertezas geradas pela inflação, pelo modo como se trata a dívida externa e pelos rumos da discussão acerca da ordem econômica na Constituinte, são o maior obstáculo ao retorno dos investimentos. Não há entre os brasileiros sérios quem possa discordar desse diagnóstico. Mesmo o fato de os EUA estarem pagando altos juros aos investidores estrangeiros, a fim de subsidiarem seu déficit, encarecendo com isso injusta e absurdamente a nossa dívida, não prejudica a assertiva do ministro, porque a Espanha — mesmo assim — tem recebido bastante capital de fora. A eliminação desse "excesso" de dívida, ocasionado por esse "excesso" de juros, isto sim, é a principal questão envolvendo credores e devedores na atualidade. Do que também não discorda o ministro.

Há uma crise de poupança, o Estado não tem condições de financiar o seu déficit, há uma crise fiscal. A crise é do Estado, porque o Brasil está trabalhando e produzindo, diz o presidente Sarney. É verdade. É indispensável normalizar nossas relações com a comunidade financeira internacional concertando acordos vantajosos com

os bancos privados, com o FMI, com o Clube de Paris e com o Japão. Não há dúvida, desde que as condições sejam vantajosas.

Temos urgência para providências que reduzam e até mesmo eliminem o déficit público, porque é principalmente por aí que passam a inflação, a necessidade de dinheiro por parte do governo, a elevação dos juros internos, a emissão de papel moeda e tantas outras mazelas. Sem comentários. Enfim, ninguém tem outro diagnóstico sobre a crise e mesmo sobre os remédios. Portanto, a questão não é técnica. As divergências aparecem quando se discute por onde começar e com que doses. A questão é política.

Ora, em se tratando de uma política de austeridade, que implica sacrifícios para os agentes sociais, a experiência somente a recomenda aos governos fortes ou prestigiados pelo povo. Como o governo Sarney foi legitimado pela transição, já obteve índices de enorme popularidade, mas atravessa no momento uma queda considerável nos níveis de credibilidade estando até acossado em certas áreas, a primeira providência óbvia para o sucesso do plano é retirar o presidente do isolamento e conferir-lhe a força mínima adequada à consecução das demais providências. Em outras palavras, a primeira medida tem de mexer positivamente com a população e apontar um norte ca-

paz de iniciar a mobilização de suas esperanças. Tem de ser inatacável, do ângulo da Justiça e da moralidade. Tem de cortar na própria carne, de preferência. Esse entendimento reuniu todos os membros do grupo de trabalho chamado pelo governador do Estado a propor uma saída para a crise. Sugerimos mesmo que começasse por fechar uns seis ou sete ministérios, o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Instituto Brasileiro do Café e coisas assim.

Não foi o que aconteceu. O governo suspendeu a URP para o pessoal do IAA, verdadeiro antro de empreguismo e corrupção, da mesma forma que o fez para os eletricitários de Furnas, responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica a uma grande parte do sudeste brasileiro. E cortou em seguida todo o subsídio do trigo, deixando intocados o álcool e o carvão.

Tudo às avessas. Só dúvida e irritação entre os trabalhadores, as principais vítimas da inflação e da retração. Mais facilidades para aqueles que só pretendem o cerco do presidente, a ingovernabilidade do País, o quanto pior melhor.

E, no domingo, frango sem macarrão.

Aloysio Azevedo é cientista político e consultor dos sindicatos dos Metalúrgicos e dos Eletricitários de São Paulo